

# POÉTICAS DE LIBERTAÇÃO: IDEOLOGIA LIBERAL E DISCURSOS ABOLICIONISTAS EM CASTRO ALVES E MARIA FIRMINA DOS REIS

Nadjara T. T. Martins (PPGEL/UFRN)

Juliane Vargas Welter (UFRN)

## RESUMO

Neste artigo, investigamos como o discurso pró-abolição da escravatura manifesta-se na poética de dois autores que adotaram o negro como principal temática da sua produção literária: Castro Alves e Maria Firmina dos Reis. Para isso, analisamos o poema “O Navio Negreiro: tragédia em alto mar” (1883), de Castro Alves, e o conto “A escrava” (1887), de Maria Firmina dos Reis, buscando reconstruir como esse discurso pró-abolicionista dos autores está plasmado à estrutura das narrativas, manifestando-se nas figurações da personagem negra e no forte tom de denúncia sobre suas condições. Para isso, consideramos os estudos sobre a personagem na literatura (FORSTER, 1949; REIS, 2015 apud OLIVEIRA e SEEGER, 2022) e os de Bosi (1992) e Schwarz (1970; 1987) sobre as ideologias que circulavam no pós-independência. Como primeiros resultados, compreendemos que ambas as obras respondem à última fase do projeto nacionalista romântico, utilizando a literatura como instrumento para a construção de uma nova nação desvinculada da economia escravagista, mais alinhada ao ideal burguês moderno, mas a partir de um olhar humanizado e integrador do negro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Maria Firmina dos Reis. Castro Alves. Ideologia. Liberalismo. Abolição.

## ABSTRACT

This article analyzes how the pro-abolition discourse of slavery manifests itself in the poetics of two authors who adopted the black experience as the main theme of their literary production: Castro Alves and Maria Firmina dos Reis. To do so, we investigate Castro Alves' poem "Navio negreiro: uma tragédia no mar" (1883) and Maria Firmina dos Reis' short story "A escrava" (1887), seeking to reconstruct how the authors' pro-abolitionist discourse is embodied in the structure of the narratives, manifesting itself in the figurations of the black characters and in the strong tone of denunciation of their conditions. We consider studies on the character in literature (FORSTER, 1949; REIS, 2015 apud OLIVEIRA and SEEGER, 2022) and Bosi (1992) and Schwarz (1970; 1987) about the ideologies that circulated in the post-independence period. As initial results, we understand that both literary works respond to the last phase of the romantic nationalist project, using literature as an instrument for the construction of a new nation disconnected from the slave economy, more aligned with the modern bourgeois ideal, but from a humanized and integrative perspective of the black experience.

**KEYWORDS:** Maria Firmina dos Reis. Castro Alves. Ideology. Liberalism. Abolition.

## INTRODUÇÃO

Apesar de ter um amplo significado, ainda não consensual, discutido na Filosofia e nas Ciências Sociais, o termo *ideologia* é compreendido, em linhas gerais, como um conjunto de ideias (valores morais, religiosos, políticos e éticos) que orientam ou conduzem a visão de mundo que um sujeito ou um grupo adota sobre si mesmo e sobre a realidade na qual estão inscritos. Essa percepção ganha uma conotação mais negativa na modernidade, marcada pela compreensão marxista de que tais conjuntos de crenças são sempre influenciados pelas relações de produção e pelo trabalho, sendo uma forma de servir aos interesses econômicos daqueles que estão no poder.

Entretanto, concepções mais atuais considerarão a ideologia como:

toda crença usada para controle de comportamentos coletivos, entendendo-se o termo crença (v.), em seu significado mais amplo, como noção de compromisso da conduta, que pode ter ou não validade objetiva. Entendido nesse sentido, o conceito de [ideologia] é puramente formal, uma vez que pode ser vista como [...] tanto uma crença fundada em elementos objetivos quanto uma crença totalmente infundada, tanto uma crença realizável quanto uma crença irrealizável. O que transforma uma crença em I. não é sua validade ou falta de validade, **mas unicamente sua capacidade de controlar os comportamentos em determinada situação** (ABBAGNANO, 2012, p. 544, grifo nosso).

Para Bakhtin, em *Marxismos e Filosofia da Linguagem*, a palavra (discurso) seria o campo próprio da(s) ideologia(s), por isso também instrumento de poder e controle: “As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (BAKHTIN, 1999, p. 45). Sendo a palavra instrumento de produção da literatura, não é possível desconsiderar que o discurso escrito trará a marca do indivíduo e dos valores sociais nos quais este está imerso. A palavra é a arena do poder.

É de se esperar, portanto, que a palavra escrita estivesse no centro das discussões sobre o futuro do Brasil pós-independência. A literatura já havia sido instrumento para a construção de uma nacionalidade ancorada no mito do nativo, na celebração da pátria, de algo que exprimisse *a cor local* (CANDIDO, 2000), vide a primeira fase do projeto romântico brasileiro: “Manteve-se durante todo o Romantismo esse senso de dever patriótico, que levava os escritores não apenas a cantar a sua terra, mas a considerar as suas obras como contribuição ao progresso.” (CANDIDO, 2000, p. 12). Em todas as fases do projeto romântico, esse afã de construir uma literatura nacional, que nos representasse, mas que

também alçasse o Brasil ao status das grandes nações, exigia posicionamento e engajamento de seus escritores.

Nos anos de consolidação do novo Império, entre 1831 e 1860, um novo movimento de ideias surgia, um liberalismo decorrente das concepções modernas, pós-Iluminismo e Revolução Francesa, que tentavam encontrar lugar em uma sociedade ainda canhestra, patriarcal, latifundiária e escravocrata. Nesse novo ambiente, uma literatura embasada na concepção idealizada de nação, que fundamentou a primeira fase do romantismo brasileiro, já não servia: “Para esse novo movimento de ideias (sic), que Joaquim Nabuco chamou de *novo liberalismo*, o mito do bom selvagem não tinha muito o que dizer. Era um símbolo de outros tempos (BOSI, 1992, p. 246, grifo do autor)”. Era difícil encontrar no mito do bom selvagem a expiação para um país que ainda tinha “negro e branco [que] riscavam-se em um xadrez de oposições sem matizes” (Idem, *ibidem*).

O caminho percorrido até a abolição (legal) da escravatura foi longo no Brasil, motivado por questões econômicas e por pressões externas. As primeiras restrições ao tráfico negreiro começaram em 1826, quando a Grã-Bretanha, aliada do novo Império brasileiro, começou a cobrar apoio deste às recentes legislações britânicas<sup>1</sup> que haviam declarado ilegal o tráfico de escravizados. A primeira restrição veio no mesmo ano, quando D. Pedro II assinou decreto que considerava o tráfico negreiro, a partir de 1830, como pirataria, o que expôs os traficantes às punições de outros países. Só em 1850 é assinada a Lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico negreiro para o Brasil<sup>2</sup>.

Ainda assim, na tentativa de coibir o tráfico, mais eficaz que a letra da lei foi a ascensão da cultura cafeeira. É também em 1850 que começam a chegar os primeiros imigrantes europeus para trabalhar na lavoura do café, que exigia mão de obra mais qualificada. Foi isso que fomentou a modernização econômica e cultural da região Sudeste; como nem toda a mão de obra europeia se adaptou ao regime de exploração das fazendas de café, parte migrou para as cidades, formando os primeiros bairros populares. Essa economia também promoveu a chegada da luz elétrica, das redes de água e esgotos, praças e de muitas estradas. Com os melhoramentos urbanos, surgem saraus, bailes; na capital do Império, eleva-se uma

---

<sup>1</sup>A Grã-Bretanha tinha fortes razões econômicas para adotar a política antitráfico. Como estava privada do fornecimento regular de mão de obra barata, era importante que seus rivais econômicos, principalmente Cuba e Brasil, também ficassem em pé de igualdade. Para mais, consultar Catani (1976).

<sup>2</sup>Apesar de tantas legislações demonstrarem a intenção de coibir o tráfico, há indícios de que essas leis foram fortemente burladas devido à convivência de vários estratos sociais. Estima-se que, entre 1830 e 1850 o tráfico trouxe aos engenhos e fazendas cerca de 700 mil africanos (Cf. Bosi, 1992).

juventude intelectual e aristocrata, dada à poesia, às ideias liberais, à república e ao abolicionismo – todas influências europeias.

Ainda assim, a urbanidade convivia com o latifúndio: diante da modernização do Sudeste, persistia a escravidão, a pena de morte para o escravizado rebelde e o tráfico humano, tanto na cultura cafeeira quanto na do açúcar e do algodão, no Nordeste. Como indica Roberto Schwarz no clássico ensaio *As ideias fora do lugar* (1979), as ideias importadas da Europa do século XIX chocavam-se (e conviviam) com a escravidão, abrindo um abismo entre ideologia e realidade socioeconômica. Em *Nacional por subtração* (1987), o crítico ressalta:

É sabido que a Independência brasileira não foi uma revolução: ressaltadas a mudança no relacionamento e externo e a reorganização administrativa no topo, a estrutura econômico-social criada pela exploração colonial continuava intacta, agora em benefício das classes dominantes locais [...] A uns a herança colonial parecia um resíduo que logo seria superado pela marcha do progresso. Outros viam nela o país autêntico, a ser preservado contra imitações absurdas. Outros ainda desejavam harmonizar progresso e trabalho escravo, para não abrir mão de nenhum dos dois, e outros mais consideravam que esta conciliação já existia e era desmoralizante. (SCHWARZ, 1987, p. 42-43)

Bosi (1992) afirma, em *A escravidão entre dois liberalismos*, que, no Brasil, a ideologia liberal atuou vinculada à prática escravista.

Esse par, formalmente dissonante, foi, no caso brasileiro pelo menos, apenas um paradoxo verbal. O seu consórcio só se poria em contradição real se se atribuísse ao segundo termo, liberalismo, um conteúdo pleno e concreto, equivalente à ideologia burguesa do trabalho livre que se afirmou ao longo da revolução industrial europeia (sic) (BOSI, 1992, p. 195).

Conforme Bosi, esse liberalismo ativo não existiu enquanto ideologia dominante, sendo substituído por “um ideário de fundo conservador; no caso, um complexo de normas jurídico-políticas capazes de garantir a propriedade fundiária e escrava até o seu limite possível” (BOSI, 1992, p. 195). Afinal, fora a burguesia agroexportadora que dera base à independência, cortando os privilégios da Metrópole portuguesa através da abertura dos portos em 1808 com o objetivo de garantir, para si e para a sua classe, o direito de produzir e de mercar: “O comércio livre, primeira e principal bandeira dos colonos patriotas, não significada, necessariamente, e não foi, efetivamente, sinônimo de trabalho livre” (BOSI, 1992, p. 198).

A palavra foi usada, no parlamento e nos jornais, para a “filtragem ideológica e contemporização” (Idem, *ibidem*), adotando aquilo que, do liberalismo, melhor servia às intra-oligarquias. Isso ocorria até mesmo no discurso daqueles que, teoricamente, desejavam

uma mudança, como Eusébio de Queiróz, ex-ministro da Justiça, cujo nome é atribuído à lei que proibiu o tráfico negreiro. Queiróz, falando sobre o aspecto moral do comércio negreiro, diz:

Sejamos francos: o tráfico, no Brasil prendia-se a interesses, ou para melhor dizer, a presumidos interesses dos nossos agricultores; e num país em que a agricultura tem tamanha força, era natural que a opinião pública se manifestasse em favor do tráfico [...] **O que há para admirar em que nós todos, amigos ou inimigos do tráfico, nos curvássemos a essa necessidade?** Senhores, se isso fosse crime, seria crime geral no Brasil [...] (NABUCO, apud BOSI, 1992, p. 218, grifo nosso).

Entretanto, Bosi (1992) aponta que, entre o final dos anos 1860 e a década de 1880, esse discurso liberal-escravocrata começa a mudar, influenciado, principalmente, pela percepção dos benefícios do trabalho livre dos imigrantes. No contexto desse “novo” liberalismo, surgem os abolicionismos. De acordo com o autor, citando Joaquim Nabuco, o plural é mais adequado para tratar os diversos pontos de vista e interesses que sustentaram a abolição da escravatura em 1888. São eles: os abolicionistas que fizeram campanha no Parlamento, na imprensa e nos meios acadêmicos; os militantes que ajudavam nas fugas e processos de alforria; os proprietários de escravizados; os homens públicos, ligados ao governo; o imperador e a princesa regente.

Para o primeiro grupo, os abolicionistas, a libertação dos escravizados era um desafio social e ético que a sociedade brasileira deveria enfrentar, integrando os negros à democracia. Esse novo cenário previa um regime amparado pela indústria, pelo trabalho assalariado, pela pequena e média propriedade, pelo sufrágio universal, pela educação primária pública. O movimento era encabeçado tanto por políticos quanto por um movimento intelectual forte, que busca retomar os ideais das Luzes. Surge, assim, um nacionalismo reformista ou radical, diferente do primeiro nacionalismo romântico, que deseja alçar o Brasil ao plano da civilização ocidental – deixa-se o bom selvagem em prol da ave condoreira. A este grupo integra-se Castro Alves (BOSI, 1992).

Novamente, surge o poder da palavra, que para combater a tribuna e o palanque político passa a habitar as declamações eloquentes de Castro Alves, na Faculdade de Direito do Recife. Nascido no interior da Bahia, filho de médico, aos 14 anos, muda-se com o irmão para Recife, onde passa a frequentar a faculdade. A veia poética manifesta-se cedo, e ainda jovem Alves compreende seu lugar como poeta social, assumindo, desde a década de 1850, a escravidão como tema principal da sua obra – em um período, como vimos, em que a

legislação falhava e o discurso ideológico vigente mantinha o predomínio da opinião pública contra a libertação dos escravizados.

Curioso pensar que, ainda no Nordeste, no interior do Maranhão – que começava a vivenciar uma prosperidade econômica e intelectual abastecida pelo plantio bem-sucedido do arroz e do algodão, ainda que não fizesse parte do “centro” intelectual do Segundo Império –, estava Maria Firmina dos Reis assumindo um compromisso muito semelhante. Filha de uma mulata forra, Leonor Felipa dos Reis, era “mulata e bastarda” (LOBO, 2014, p. 112), mas foi registrada por João Pedro Estevão/Esteves. Ligada a uma família já com membros letrados (era prima do gramático Sotero dos Reis), essa conexão de pouco lhe serviria, no entanto, para uma apresentação à vida artística e cultural de São Luís, ou mesmo para que tivesse uma vida mais confortável. Tornou-se professora primária concursada e publicou em antologias e jornais; em 1859, editou *Úrsula, romance original brasileiro, por uma maranhense*, no qual inicia suas referências à escravidão e à defesa do abolicionismo (LOBO, 2014), sendo hoje considerada a primeira escritora brasileira a publicar um romance. Ainda assim, Reis morreu pobre e cega, em 1917, sendo resgatada pela crítica literária brasileira somente a partir de 1970.

Como essas duas vozes, que provavelmente não se conheceram, leram e escreveram sobre a escravidão no Brasil do Segundo Império, refletindo a ideologia liberal e os discursos abolicionistas que surgiam? Este artigo é, assim, fruto de um estudo comparado do poema “Navio Negreiro: uma tragédia em alto mar” (1883), de Castro Alves, e do conto “A escrava” (1887), de Maria Firmina dos Reis, analisando aspectos formais das obras com o objetivo de compreender a manifestação desses discursos na estrutura literária.

É comum que encontremos, em estudos mais recentes, uma comparação entre os dois autores que busca validar qual poética teria mais autoridade para manifestar-se sobre a escravidão. Não é a perspectiva que assumimos no presente artigo, pois compreendemos que os dois escritores utilizaram suas penas em prol da abolição e que, mesmo em cenários e contextos sociais muito distintos, eram vozes uníssonas dedicadas à construção de uma literatura cuja temática era o negro, tentando torná-lo parte dessa nova nação.

Essa visão messiânica da literatura como instrumento de transformação social, presente em Alves e Reis, retoma o aspecto cosmopolita do projeto romântico com o acréscimo das *cores locais*. Através da literatura, ambos os autores trabalharão em prol dos discursos abolicionistas, lançando um olhar social e humanizado para o negro que, na opinião pública, ainda era visto ou como um “mal necessário” ao desenvolvimento do país, ou como

uma “mancha” que precisava ser extirpada para posicionar o Brasil entre as grandes nações modernas.

## A “MANCHA DA ESCRAVIDÃO” NA VOZ DO NEGRO

No conto “A escrava”, de Maria Firmina dos Reis, publicado em 1887, uma senhora autodeclarada abolicionista, em uma reunião da alta sociedade, fala aos seus pares sobre seu encontro com dois escravizados que haviam fugido, Joana e Gabriel, bem como a história destes personagens. Essa narrativa, aparentemente simples, é elaborada a partir da alternância entre focos narrativos que promovem uma experiência parecida com a de abertura de uma boneca matriosca<sup>3</sup>: temos uma história dentro de outra história dentro de outra história.

A primeira dessas histórias é apresentada por um narrador do tipo onisciente (FRIEDMAN, 2002), que descreve a cena inicial: um encontro entre pessoas de classe alta, em uma província brasileira. A função deste narrador em terceira pessoa é situar o tempo e espaço da narrativa, descrevendo, também, a “uma senhora”, a protagonista sem nome:

Em um salão onde se achavam reunidas muitas pessoas distintas, e bem colocadas na sociedade e depois de versar a conversação sobre diversos assuntos mais ou menos interessantes, recaiu sobre o elemento servil. O assunto era por **sem dúvida de alta importância**. A conversação era geral; as opiniões, porém, divergiam. Começou a discussão. - Admira-me, disse uma senhora, de sentimentos **sinceramente abolicionistas** (REIS, 1887, p.1, grifo nosso).

Esse narrador navega entre a neutralidade e a intrusão: embora faça parte da narrativa, aparentemente, apenas para posicionar cada elemento, aos poucos interfere por meio de comentários qualificativos sobre a cena: para o narrador, os sentimentos da “uma senhora” são sinceros, e os assuntos discutidos naquela reunião são “de alta importância”. Esse narrador dá ao conto um certo tom teatral, como se estivesse preparando o cenário e anunciando o momento de entrada de cada personagem.

O segundo tipo de foco narrativo presente no texto é o de primeira pessoa, o eu-testemunha (FRIEDMAN, 2002), expresso pelas duas protagonistas da história. Em um primeiro momento da narrativa, o eu-testemunha será a “uma senhora”, que irá relatar os acontecimentos vivenciados em uma tarde de agosto, quando deu abrigo à escrava Joana e, posteriormente, a seu filho Gabriel. Essa narradora, além de situar novamente o leitor em

---

<sup>3</sup>Também conhecida por “boneca russa”, a matriosca é um brinquedo de madeira que reúne uma série de bonecas, de tamanhos diferentes, inseridas uma dentro das outras, da maior para a menor.

um tempo e espaço pertencentes à segunda narrativa, “- Era uma tarde de agosto, bela como um ideal de mulher, poética como um suspiro [...]” (REIS, 1887, p. 1), também será responsável por descrever os demais personagens e se posicionar sobre eles. Seu papel é anunciar a terceira história que será contada, a da negra Joana, narrada pela própria escrava.

– Não, tomei-lhe com convicção: estou aqui apenas há dois dias, tudo me é estranho: não o conheço. É bom que colha algumas informações dele: Gabriel mas dará. – Gabriel! Disse ela – não. Eu mesma. Ainda posso falar. **E começou:** – Minha mãe era africana, meu pai de raça índia; mas eu de cor fusca. Era livre, minha mãe era escrava. (REIS, 1887, p. 3, grifo nosso).

Pelo aspecto formal, é interessante perceber alguns pontos importantes. Essa diversidade de focos narrativos pode ser encarada como uma estratégia para dar mais dinamicidade ao texto que, por ter um tom monologal próprio da contação de histórias, poderia se tornar cansativo. Um segundo aspecto é que a pluralidade de vozes assumindo a narração também confere mais verossimilhança à narrativa, como se pudéssemos acompanhar o mesmo fato a partir de diversos pontos de vista. O último, e mais importante, é que essa mudança no ponto de vista da narração, principalmente entre a “uma senhora” e Joana, promove a humanização de um relato que é extremamente marcado pela violência: a “uma senhora”, privilegiada naquela sociedade escravocrata, dá a palavra para a escrava.

Enquanto conta a própria história, a escrava Joana assume seu lugar enquanto ser humano, com afetos, passado e futuro. Esse espaço concedido pelo branco (“uma senhora”) para que o negro tenha voz, algo que a escravidão usurpou, é uma estratégia importante do ponto de vista narrativo, pois tem como objetivo legitimar o discurso da escrava, algo que poderia ser necessário ante ao público leitor da época (uma elite econômica e intelectual majoritariamente branca) e para atenuar o impacto do discurso abolicionista que a obra carrega. É relevante considerar que a escrava Joana não apenas conta a sua história, mas assume um posicionamento (re) ativo frente ao que passou: “Deixa concluir, meu filho, antes que a morte me cerre os lábios para sempre... deixa-me morrer **amaldiçoando** os meus carrascos” (REIS, 1887, p. 4, grifo nosso).

Outro aspecto interessante a ser observado é a figuração<sup>4</sup> das personagens, principalmente considerando a relevância destas para a construção do enredo (CANDIDO,

---

<sup>4</sup> Aqui, adotamos o termo “figuração” em vez de “caracterização”, pois, conforme esclarecem Oliveira e Seeger (apud Carlos Reis): “Por muito tempo, falar de caracterização correspondia, estritamente, a falar da descrição de aspectos físico e psicológicos da personagem, em geral pelo narrado, obliterando-se outros processos discursivos construtores da personagem. [...] Carlos Reis, em *Pessoas de livro: estudos sobre a personagem* (2015), por exemplo, atento às diferentes dimensões implicadas na construção de uma personagem, prefere o

2009)<sup>5</sup>. Pensando no protagonismo – ou seja, papel das personagens que promovem as ações do enredo –, temos duas personagens redondas<sup>6</sup> que centralizam a narrativa: “uma senhora” e Joana. O primeiro aspecto relevante é que ambas são mulheres, as quais assumem o direito de contar sua própria história – algo que não era nada comum entre as narrativas românticas da fase nacionalista. Se pensarmos brevemente nos romances femininos de José de Alencar, como *Iracema* (1865), há um predomínio da imagem de uma mulher sensual, dócil, submissa. Mesmo em *Lucíola* (1862), quando temos a história de uma prostituta, a morte é o único caminho para a expiação dos pecados.

O segundo aspecto que se destaca nas protagonistas de “A escrava” é a sua quase total autonomia: “uma senhora”, por exemplo, pode ser descrita como uma mulher independente, de prestígio social. Essa percepção é comprovada a partir das ações da própria personagem: ela toma a fala em uma reunião da aristocracia para falar sobre a abolição, em contexto anterior à Lei Princesa Isabel (1888); dá abrigo a dois escravizados fugidos; enfrenta o dono destes e ainda detém conhecimento/poder legal para obter a alforria destes rapidamente. Esta personagem é descrita de uma forma autônoma e confiante não esperada para o papel social de uma mulher do século XIX. Não há nem mesmo algum tipo de justificativa comumente aceitável para seu poder, como o casamento com um homem muito influente:

– Tranquiliza-te, lhe tornei com calma; não te hei já dito que te achas sob a minha proteção? Não tem **confiança em mim**? Aqui o senhor Tavares encarou-me estupefato – e depois perguntou-me: – Que significam essas palavras, minha querida senhora? Não a compreendo. – Vai compreender-me, retorqui, apresentando-lhe um volume de papéis subscritados e competentemente selados. Rasgou o subscrito, e leu-os. Nunca em sua vida tinha sofrido tão extraordinária contrariedade. (REIS, 1887, p. 7, grifo nosso).

O mesmo ocorre com a personagem Joana que, apesar de ser descrita como “frágil” e “trêmula”, tem no seu discurso uma marca de autonomia e resistência quando diz que contará a própria história. Além disso, o próprio ato de fugir continuamente dos seus carrascos e a

---

temo figuração, explicando que ‘o tema figuração ficcional não se confunde com o da caracterização, uma vez que este último tem que ver sobretudo com a descrição da personagem; por outro lado, na caracterização nem sempre estão em causa componentes da ordem do discurso: não poucas vezes passa-se agilmente da caracterização às características, o que inspira abordagens marcadamente conteudistas[...]’(OLIVEIRA e SEEGER, 2022, p.17)

<sup>5</sup> Conforme o autor, “É uma impressão praticamente indissolúvel: quando pensamos no enredo, pensamos simultaneamente nas personagens; quando pensamos nestas, pensamos simultaneamente na vida que vivem, nos problemas em que se enredam, na linha do seu destino — traçada conforme uma certa duração temporal, referida a determinadas condições de ambiente. O enredo existe através das personagens; as personagens vivem no enredo. Enredo e personagem exprimem, ligados, os intuítos do romance, a visão da vida que decorre dele, os significados e valores que o animam.” (CANDIDO, 2009, p. 51)

<sup>6</sup>De acordo com a classificação de E.M. Forster, personagens redondas são complexas, bem acabadas interiormente e que evoluem no decorrer da narrativa. Para mais, conferir Forster (1949).

loucura são marcas dessa força: “[...]– foge sempre? – Sempre, minha senhora. Ao menor descuido foge. Quer fazer acreditar que é douda. [...]” (REIS, 1887, p. 3)

O que percebemos é que as personagens do conto “A escrava” estão divididas essencialmente em dois grupos: as vítimas e os agressores. Dois dos três homens citados na narrativa, que integram o núcleo “agressor”, o senhor Tavares e o feitor Antônio, ganham características quase bestiais: “sinistro” e “feroz” são alguns dos adjetivos usados para descrevê-los. No polo oposto estão os personagens Joana e Gabriel, do grupo das “vítimas”, que ganham contornos bem mais brandos: sua descrição é feita pela relação familiar que os une, de forte apelo emocional. Gabriel, por exemplo, é descrito como de “fisionomia franca e agravável”, olhos “lânguidos”, frente “altamente interessante”. Sua situação de penúria, assim como a da sua mãe, está sempre descrita por termos que apelam à compaixão, como “pobre negro” e “pobre mãe”. Essa polarização da narrativa, a partir das personagens, é só um indício de outro elemento muito caro à estética romântica, que é a luta entre o bem e o mal.

Já essa idealização das personagens negras – muito comum em outras obras românticas cuja temática é a escravidão -- ocorre, segundo Candido (2000), para fins narrativos: é uma forma de promover a sensibilização do público a partir da humanização do personagem negro:

A idealização, porém, agindo no terreno lírico, permitiu impor o escravo à sensibilidade burguesa, não como espoliado ou mártir; mas, o que é mais difícil, como ser igual aos demais no amor, no pranto, na maternidade, na cólera, na ternura. (CANDIDO, 2000, p. 249).

É interessante pensar, também, que a protagonista do conto, “uma senhora”, não tem nome. Essa ausência de identidade contribui com o tom coletivista da história: a “heroína”, figura tão cara à narrativa romântica, em cujas mãos está a redenção de duas personagens negras, não é um indivíduo – ela pode representar, em última instância, um grupo social, a intelectualidade brasileira, de quem dependia o movimento abolicionista. Em contraposição, as personagens negras não só têm nome próprio como uma história que une os três pontos dessa grande narrativa: eles são a motivação para os relatos do narrador onisciente e da “uma senhora”.

Todos esses aspectos contribuem para o forte tom de denúncia e para o discurso pró-abolição presentes no texto. Este posicionamento ideológico é tão forte que fica explícito ao final do conto, quando a “uma senhora” entrega a Tavares as documentações que tornam Gabriel um homem livre. Apesar de ser uma resolução final questionável, pois provoca perda de ritmo do enredo ao apelar para uma solução externa, quase “mágica”, mal explicada no

corpo do texto, ainda assim está de acordo com o discurso pró-abolicionista que se mescla ao texto -- uma conjugação completa entre poética e contexto histórico-social.

Um último elemento que ganha destaque nessa narrativa é a retórica, a força persuasiva por meio da palavra, presente principalmente na voz da “uma senhora”, no seu discurso abolicionista que inicia o relato e motiva todas as ações da personagem. Essa força oratória, repetida na obra de Castro Alves, já foi considerada como aspecto negativo por alguns teóricos, como Cândido (2000), que viu no autor de “Navio Negreiro” uma incontinência verbal, provocada pelo discurso humanitário, o que levaria à diluição do sentido. Na obra de Maria Firmina dos Reis, porém, esse tom verborrágico e inflamado se diluirá entre as demais vozes que se misturam a da “uma senhora”: não temos apenas um Outro falando por aquele que é explorado, mas o próprio negro relatando essa violência. Dessa maneira, o tom ideológico é suavizado, ganha complexidade, e não recai em uma defesa apenas panfletária.

Por fazer uma poesia humanista e libertária, na qual a temática da escravidão é recorrente e ganha a toada de denúncia, Castro Alves recebeu a alcunha de “poeta dos escravos”. Nascido em Muritiba (BA), o poeta começa a ganhar relevância ao se mudar para Recife e, posteriormente, para São Paulo, onde passa a fazer parte da juventude aristocrata e politizada que tomava conta das escolas superiores de direito. De acordo com Alfredo Bosi (1992), os poemas mais conhecidos do autor baiano, “O Navio negreiro” e “Vozes d’África”, nasceram de um convite feito pelos estudantes de Direito da Academia de São Paulo para que Castro Alves declamasse versos libertários, encapando a defesa pela liberdade dos escravizados nascituros (o que em 1871 resultaria na Lei do Ventre Livre).

Em “Navio Negreiro: tragédia no mar”, poema profundamente imagético que retrata a tortura e exploração vivida pelos negros nas embarcações que faziam o tráfico de escravizados. Dividido em oito cantos, com estrofação, métrica e rima variável, o poema lança um olhar não apenas para a condição escrava, mas para o humano por trás dessa condição.

Alguns aspectos formais devem ser considerados. O primeiro é um eu-lírico *engajado* que, para tomar de empréstimo um termo da poética da narrativa, se aproxima muito do narrador do tipo Câmera (FRIEDMAN, 1967), caracterizado por transmitir flashes da realidade. No entanto, esse registro “fotográfico” não é desprovido de posicionamento: a voz que narra, seleciona e combina as imagens, montando-as a partir da mensagem que deseja transmitir. Essa mesma perspectiva “multifocal”, que pretende dar conta de uma visão da realidade e, simultaneamente, posicionar-se sobre ela, é transmitida pelo eu-lírico de “Navio

Negreiro”: se, no primeiro canto do poema, essa voz se posiciona a uma certa distância física da embarcação, “Por que foges assim, barco ligeiro? Por que foges do pávido poeta? [...]” (ALVES, 1869, p. 2), aos poucos ela assume o lugar da ave Albatroz, sobrevoando o navio “[...] Albatroz! Albatroz! dá-me estas asas [...]” (Idem, *Ibidem*) e, aproximando-se deste, de imediato emite sua opinião sobre os horrores que presencia. “Mas que vejo eu aí... Que quadro d’amarguras! [...] Meu Deus! Meu Deus! Que horror!” (ALVES, 1869, p. 3). Do quarto até o oitavo canto, esse eu-lírico descreverá e opinará acerca da violência ocorrida no navio.

Era um sonho dantesco... o tombadilho  
Que das luzernas avermelha o brilho  
Em sangue a se banhar.  
Tinir de ferros... estalar de açoite...  
Legiões de homens negros como a noite,  
Horrendos a dançar... (ALVES, 1869, p. 3).

Alguns elementos formais importantes para a compreensão do texto podem ser percebidos nesta estrofe do quarto canto. O primeiro é a pontuação, o uso de reticências em versos consecutivos, trazendo uma percepção de suspensão temporal. Sem o ponto final, não há transição, e o poema fica preso em um único momento de sofrimento perpétuo, muito próximo à punição eterna prevista na concepção de inferno cristã. Essa percepção, inclusive, é diretamente citada pelo eu-lírico, que classifica a cena como “dantesca” e, para dar-lhe um tom ainda mais infernal, joga com os contrastes entre tons escuros e rubros. Basta observar as escolhas lexicais: o tombadilho se “avermelha” porque está banhado de “sangue”; há homens “negros” como a “noite” dançando.

E ri-se a orquestra irônica, estridente...  
E da ronda fantástica a serpente  
Faz doudas espirais ...  
Se o velho arqueja, se no chão resvala,  
Ouvem-se gritos, o chicote estala  
E voam mais e mais... (ALVES, 1869, p. 3)

A esse cenário some-se o barulho, descrito a partir de escolhas lexicais que constroem a sonoridade dessa orquestra infernal: “estridentes”, “arqueja”, “gritos”, “estala” são alguns exemplos. Além disso, a aliteração das consoantes /s/ e /r/ também traz ao poema um tom sibilante, ao ser lido em voz alta, que coadunam com esse ambiente infernal que é construído. Ao recorrer aos sentidos, o eu-lírico consegue criar uma plasticidade para a cena de violência e horror que descreve, tornando a imagem quase cênica, teatral.

Essa plasticidade, que poderia causar um distanciamento do leitor da violência que está sendo descrita, é quebrada pelo tom dramático das opiniões do eu-lírico: muitas exclamações e lamentos dão um tom vocativo ao poema. “Senhor Deus dos desgraçados!”, a interrogação angustiada aos céus e ao destino, repetida duas vezes ao longo do poema, chama o leitor novamente para a violência descrita. Esse movimento narrativo que busca o compadecimento do leitor é reforçado pelo retorno ao passado que ocorre a partir do quinto canto, quando o eu-lírico passa a descrever a história e a pátria dos escravizados. Há uma preocupação em mostrar o humano por trás da condição escrava, desta vez não apelando para a história individual, como em “A escrava”, mas a de um povo: “Ontem plena liberdade / A vontade por poder... / Hoje... cúm’lo de maldade / Nem são livres p’ra morrer...” (ALVES, 1869, p. 5).

Um elemento importante a ser pensado sobre “Navio Negroiro” é que ele funciona como uma espécie de olhar momentâneo sobre uma condição: a denúncia sobre a situação dos escravizados, embora condizente com a realidade, é apenas um *flash*. Temos um Outro que narra a condição de exploração, não a voz do explorado. Esse Outro, o eu-lírico *engajado*, é quem nos aponta o agressor – a nação brasileira que coaduna com a exploração negra -- no último canto do poema: “Existe um povo que a bandeira empresa / P’ra cobrir tanta infâmia e cobardia!...” (ALVES, 1869, p. 5). Sob o último verso está a acusação: a América, antes pátria da Liberdade, se converteu em “irmã traidora, ave da escravidão”, assumindo o lugar, antes ocupado pela Europa, como opressor da África. Essa mesma imagem reaparecerá em “Vozes d’África” (1883).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que podemos perceber é que Castro Alves e Maria Firmina dos Reis, destacam-se dentro do romantismo brasileiro, principalmente da terceira fase, por dedicarem-se a uma literatura de transformação social. Para construir um novo país, era necessário um escritor engajado, que olhasse para o futuro. Em “Navio Negroiro” e “A escrava”, analisados neste estudo, vemos a união entre forma poética e ideologia. Retomando as discussões sobre a relação entre literatura e discurso ideológico, conforme as reflexões de Bosi (1992), percebemos que essa perspectiva pró-abolicionista também era, por sua vez, eivada de uma ideologia liberal, principalmente aquela que tomou corpo a partir da década de 1850. Essa

ideologia buscava a construção de uma nova nação, desvinculada da economia escravagista, mas acreditava ainda na pequena propriedade, no trabalho livre e assalariado, prezando por um alinhamento de ideias com o progresso e a modernidade que emanavam dos novos estados-nação europeus.

Comparadas entre si, ainda que de gêneros diferentes, as obras respondem, estruturalmente, com diversas similitudes. Primeiro, pelo caráter precursor: Alves e Reis escreveram em períodos muito próximos, e ambos escolhem olhar para o escravizado em um período no qual a opinião pública ainda era domínio dos liberais-escravocratas. Esse olhar que os autores lançam, porém, é de aproximação e humanização. É preciso vencer a “mancha da escravidão” porque esta fere o princípio de humanidade, não apenas por um interesse econômico. E, para livrar-se dessa mancha, era primeiro necessário acolher – não só olhar, mas também dar voz. Sobre este último tópico, Reis é mais efetiva do que Alves, visto que o predomínio da narrativa está na voz de dois personagens negros, Gabriel e Joana; em “Navio Negreiro”, ouvimos um eu-lírico que discursa *pelo* negro.

Se pensarmos em enredo e resolução, é preciso lembrar que em ambos os textos a redenção do personagem negro vem pelo personagem branco. Possivelmente, essa perspectiva redentora tenha um quê estratégico de convencimento do público, porém ele é mais latente em Alves, para quem a redenção parte da compaixão, enquanto, em Reis, parte de uma luta coletiva. Outro ponto em que os textos se aproximam é a força retórica, a eloquência, presente nas narrativas: em Alves, esse discurso é diluído na estrutura poética, enquanto, em Reis, está centrado no monólogo da “uma senhora”, que discursa em um lugar similar ao de uma tribuna.

De certo modo, porém, as obras de Reis e Alves também provocam pequenas fissuras no ideal nacionalista justamente por promoverem a humanização do negro e pleitearem sua inclusão no futuro dessa nova nação – perspectiva que se distancia das motivações que realmente fundamentaram a abolição, apoiadas no liberalismo econômico e em uma concepção de progresso que tentava encaixar o Brasil entre as sociedades modernas – mesmo com as ideias fora do lugar até hoje.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de termos filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ALVES, C. **O Navio Negreiro: Tragédia no mar.** [S. l.]: Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro - A Escola do Futuro da Universidade de São Paulo, 1869. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000068.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Editora Hucitec, 1999

BOSI, A. O Romantismo. *In:* BOSI, A. **História concisa da Literatura Brasileira.** São Paulo: Editora Cultrix, 1970. p. 132-134.

\_\_\_\_\_. Sob o signo de Cam. *In:* BOSI, A. **Dialética da colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. A escravidão entre os dois liberalismos. *In:* BOSI, A. **Dialética da colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CANDIDO, A. O Indivíduo e a Pátria. *In:* CANDIDO, A. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos.** Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000. v. 2. p. 11-38.

\_\_\_\_\_. Poesia e oratória em Castro Alves. *In:* CANDIDO, A. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos.** Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000. v. 2. p. 241-255.

\_\_\_\_\_. A personagem no romance. *IN:* CANDIDO, A. et al. **A personagem de ficção.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

CATANI, A. M. A abolição do tráfico de escravos no Brasil - A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869. Resenha bibliográfica. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 16, n. 4, jul./ago. 1976.

LOBO, L. Maria Firmina dos Reis. *In:* DUARTE, E. A. (Organizador). **Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica.** Volume 1 - Precursores. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 111 - 126.

FRIEDMAN, N. O ponto de vista na ficção. Trad: Fabio Fonseca de Melo. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 166-182, mar./mai. 2002. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4108842/mod\\_resource/content/1/Friedman%20O%20ponto%20de%20vista%20na%20fic%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4108842/mod_resource/content/1/Friedman%20O%20ponto%20de%20vista%20na%20fic%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: 25 abr. 2023.

FORSTER, E.M. **Aspects of the novel.** London: Edward Arnold, 1949.

MEMORIAL DE MARIA FIRMINA DOS REIS. Síntese biográfica, bibliográfica/Novos registros documentais. **Revista Firminas - Pensamento, Estética e Literatura**, 18 ago. 2018. Disponível em: <https://mariafirmina.org.br/categoria/biografia-firmina/>. Acesso em: 27 abr. 2023

OLIVEIRA, Raquel Trentin; SEEGER, Gisele. **A personagem na narrativa literária.** Santa Maria: Editora UFSM, 2022.

REIS, M. F. A escrava. **Revista Maranhense**, n. 3, 1887. Republicado em *Úrsula*, 7. ed., 2018, p. 193-207. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/24-textos-das-autoras/977-mariafirmina-dos-reis-a-escrava>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

SCHWARZ, R. **As ideias fora do lugar**: ensaios selecionados. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

SCHWARZ, R. Nacional por subtração. *In*: \_\_\_\_\_. **Que horas são?** Ensaaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, R. A. A mente, essa ninguém pode escravizar: Maria Firmina dos Reis e a escrita feita por mulheres no Maranhão. **Leitura: teoria e crítica**, v. 29, n. 56, 2011. Disponível em: <<https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/52>>. Acesso em: 24 abr. 2023.